

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

CECÍLIA MAIERON PEREIRA

**DA CONVERGÊNCIA À COOPERAÇÃO MILITAR: ISRAEL E
ÁFRICA DO SUL DURANTE O REGIME DO APARTHEID (1948-1994)**

Porto Alegre

2019

Cecília Maieron Pereira

**DA CONVERGÊNCIA À COOPERAÇÃO MILITAR: ISRAEL E ÁFRICA DO SUL
DURANTE O REGIME DO APARTHEID (1948-1994)**

Trabalho final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Maieron Pereira, Cecília
Da Convergência à Cooperação Militar: Israel e
África do Sul durante o regime do Apartheid
(1948-1994) / Cecília Maieron Pereira. -- 2019.
47 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Cooperação Militar. 2. Israel. 3. África do Sul.
I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

Cecília Maieron Pereira

**DA CONVERGÊNCIA À COOPERAÇÃO MILITAR: ISRAEL E ÁFRICA DO SUL
DURANTE O REGIME DO APARTHEID (1948-1994)**

Trabalho final apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovado em: Porto Alegre, 30 de janeiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

À minha avó.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por todo suporte e estrutura para que esse mestrado fosse concretizado. Agradeço especialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento destes estudos durante estes dois anos.

Agradeço o apoio incondicional da minha família para a realização do mestrado, principalmente ao meu pai, minha mãe e meu irmão. Mesmo sem muitas vezes entender sobre política internacional, nunca deixaram de me encorajar e sempre me ofereceram todo suporte necessário para que eu continuasse meus estudos. Queria também agradecer a minha vó, que nem terminou o ensino fundamental, mas tem sido uma professora excepcional para mim. Sou eternamente grata por tê-la na minha vida.

Agradeço à Prof.^a Analúcia Danilevicz Pereira que me ensinou muito além do âmbito acadêmico, sendo um exemplo de docente e pessoa. Agradeço por ter me recebido como orientanda e por todos os ensinamentos neste período. Tem sido uma grande oportunidade poder trabalhar com uma excelente profissional.

Agradeço aos meus amigos e amigas que sempre estiveram do meu lado de braços abertos e ouvidos atentos para ouvir minhas experiências e dificuldades. Em especial, ao meu namorado, Arthur, que tem me acompanhado nessa jornada com muito carinho e paciência.

Agradeço às amigas que encontrei neste mestrado que me deram coragem, suporte e incentivo para continuar aprendendo e trabalhando pela educação brasileira, por isso agradeço a todos, sobretudo à equipe do CEBRAFRICA.

Por fim, agradeço a todos os meus professores, que me inspiram a continuar, mesmo em tempos difíceis, a pensar um país mais justo e a lutar por nossa democracia.

RESUMO

A cooperação militar entre Israel e a África do Sul durante o regime do *Apartheid* (1948-1994) consistiu em um intenso comércio de materiais bélicos e tecnologia militar. Desenvolvendo-se nas décadas de 1970 e 1980, esta cooperação representou uma alternativa aos dois países, isolados internacionalmente e inseridos em contextos regionais conflitivos. No entanto, para compreender esta cooperação é necessário analisar a interação de diferentes níveis que impactaram no comportamento externo destes Estados e resultaram na convergência de projetos políticos. Dessa forma, o problema de pesquisa adotado neste trabalho é: “*Como a cooperação militar entre Israel e África do Sul durante o regime do Apartheid (1948-1990) pode ser compreendida nos níveis domésticos, regionais e internacionais?*”. O objetivo geral que guia este trabalho é: analisar as relações bilaterais entre Israel e África do Sul durante o regime do Apartheid (1948-1994) no sentido de verificar os níveis de identificação das políticas externas dos dois Estados a partir dos níveis domésticos, regionais e sistêmicos. Em termos específicos, almeja-se (1) analisar os condicionantes sistêmicos da Guerra Fria para emergência estratégica das regiões da África e do Oriente Médio durante este período, bem como analisar o papel dos Estados de Israel e África do Sul neste cenário; (2) compreender a política externa dos Estados de Israel e África do Sul durante o período da Guerra Fria considerando seus desafios domésticos e regionais e o histórico de suas relações diplomáticas e políticas; (3) analisar a cooperação militar entre Israel e a África do Sul, a partir da sua formação nas décadas de 1970 e 1980 e compreender seu declínio a partir do final dos anos 1980, assim como o impacto regional e internacional que esta desencadeou. Em relação à metodologia adotada para a realização deste estudo qualitativo, utiliza-se como método de procedimento um estudo de caso histórico e fontes bibliográficas como técnicas de pesquisa.

Palavras-chave: Análise Sistêmica; Cooperação militar; África do Sul; Israel.

ABSTRACT

The military cooperation between Israel and South Africa during the Apartheid regime (1948-1994) consisted in an intense trade of military and technological materials. Being developed on the 1970's and 1980's, this cooperation meant an alternative to both countries, internationally isolated and inserted in conflictuous regional contexts. However, in order to understand this cooperation it is necessary to analyze the interaction of different levels, which impacted on the external behavior of these States and that resulted in the convergence of political projects. In this sense, the research question that guides this work is: "how the military cooperation between Israel and South Africa during the Apartheid regime (1948-1990) can be understood at the domestic, regional and international levels?". The main goal of this research is to analyze the bilateral relations between Israel and South Africa during the Apartheid regime (1948-1994) in order to verify the levels of identification of their foreign policies considering the systemic, regional and domestic levels. In other terms, it seeks to (1) analyze the systemic conditions of the Cold War to the strategic emergence of the Africa and Middle East's regions during this period, as well as to analyze the role of Israel and South Africa in this scenario; (2) to understand Israel's and South Africa's foreign policy during the Cold War period considering its domestic and regional challenges and the history of their diplomatic and political relations; (3) to analyze the military cooperation between those two countries, during the 1970's and 1980's and to comprehend its decline after the final years of 1980's, as well as the regional and international impact that it caused. In relation to the methodology applied for this qualitative study, it is utilized as procedure method a historical case study and bibliographical resources as research techniques.

Key words: Systemic Analysis; Military Cooperation; South Africa; Israel.

LISTA DE IMAGENS

Quadro 1 – Níveis de análise – Israel e África do Sul (1948-1994)	14
Quadro 2 - Cooperação militar entre Israel e África do Sul (1970-1980)	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Transferência de armamentos de Israel para África do Sul (1950-2000).....	36
Tabela 2 – Transferência de armamentos da África do Sul para Israel (1950-2000).....	37

LISTA DE SIGLAS

CNA	Congresso Nacional Africano
OLP	Organização para a Libertação da Palestina
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EMERGÊNCIA DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO NO SISTEMA INTERNACIONAL: O PAPEL ESTRATÉGICO DE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL ...	17
2.1 A EMERGÊNCIA ESTRATÉGICA DAS REGIÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO DURANTE A GUERRA FRIA	17
2.2 ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: PAPEL REGIONAL ESTRATÉGICO.	21
3 A POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: DESAFIOS DOMÉSTICOS, IMPACTOS REGIONAIS E INSERÇÃO SISTÊMICA (1948-1994) .	24
3.1 A POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL DURANTE A GUERRA FRIA.....	24
3.2 O REGIME DO APARTHEID E SUA POLÍTICA EXTERNA (1948-1994)	27
3.3 A APROXIMAÇÃO ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL DURANTE A GUERRA FRIA	29
4 A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO (1970-1990).....	33
4.1 A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: AUGES NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....	33
4.1.1 A cooperação militar nos âmbitos regionais	37
4.2 A QUEDA NOS NÍVEIS DE COOPERAÇÃO MILITAR	38
4.3 A COOPERAÇÃO MILITAR A PARTIR DOS ANOS 1990.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6 REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais são marcadas por interações de cooperação e conflito, de maior ou menor escala. As diferentes correntes teóricas da disciplina se debruçaram extensamente na compreensão desta temática, mas alguns exemplos históricos desafiam pensar por que determinados países cooperam entre si. A resposta pode estar na confluência de fatores domésticos, regionais e sistêmicos. Os desafios enfrentados em determinados contextos impactam nos rumos da política externa, na percepção de dilemas securitários e a posição que determinados Estados ocupam no sistema internacional. Nesse sentido, a cooperação militar entre Israel e a África do Sul durante o regime do *Apartheid* (1948-1994) exige pensar a relação entre estes diferentes níveis. Esta cooperação estratégica impactou em aspectos políticos, econômicos e securitários, bem como nos conflitos regionais da época cujos resultados reverberam até os dias atuais.

Em 1948, dois eventos importantes ocorreram no cenário internacional: de um lado, a criação do Estado de Israel e de outro, a ascensão do Partido Nacional ao poder na África do Sul. Enquanto o primeiro impactou na geopolítica do Oriente Médio, o segundo estabeleceu um regime de segregação racial que só teria fim na década de 1990. Ambos os Estados, no entanto, ocuparam posições distintas em seus cenários regionais marcados por relações conflituosas com seus países vizinhos. Pode-se identificar também que foram aliados estratégicos para os países ocidentais durante a Guerra Fria devido à sua localização geoestratégica. Por fim, enfrentaram desafios domésticos que impactavam na sua conduta externa durante este período e, conseqüentemente, nas relações entre si.

Contudo, as relações iniciais entre estes dois Estados não foram positivas. Para sua inserção internacional, Israel buscou se aproximar dos países recém-independentes do continente africano nas décadas de 1950 e 1960 (POLAKOW-SURANSKI, 2010, p. 5). Essa aproximação, no entanto, exigia do país uma posição crítica ao governo sul-africano visto pelos outros países como colonialista e ligado às antigas metrópoles europeias. Entretanto, a partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967, o cenário começou a mudar. A conquista territorial de Israel neste conflito impactou na percepção dos seus aliados na África, que passaram a condenar Israel como um Estado colonialista (SILVA; SANTOS, 2013, p. 111). Neste momento, a aproximação com o governo da África do Sul se intensificou e na década de 1970 e 1980 resultou em diversos acordos de cooperação, com destaque para a esfera militar.

A cooperação militar entre os dois Estados ocorreu em um período de intensificação dos conflitos nas regiões da África e do Oriente Médio. Apesar de sua curta duração, esta cooperação foi significativa para ambos os Estados e impactou no seu entorno regional. A partir disso, o problema de pesquisa adotado neste trabalho é: *“como a cooperação militar entre Israel e África do Sul durante o regime do Apartheid (1948-1990) pode ser compreendida nos níveis domésticos, regionais e internacionais?”*.

Assim, a hipótese trabalhada aqui é a seguinte: *“a cooperação militar entre Israel e África do Sul atendeu aos interesses políticos, econômicos e securitários que enfrentavam durante as décadas de 1970 e 1980, além de ser uma alternativa aos dois países, isolados no cenário internacional”*. Dessa maneira, busca-se compreender os eventos que levaram a esta cooperação e seus possíveis resultados considerando a interação entre as diferentes categorias de análise.

O objetivo geral que guia este trabalho é analisar as relações bilaterais entre Israel e África do Sul durante o regime do Apartheid (1948-1994) no sentido de verificar os níveis de identificação das políticas externas dos dois Estados a partir dos níveis domésticos, regionais e sistêmicos. Em termos específicos, almeja-se: (1) analisar os condicionantes sistêmicos da Guerra Fria para emergência estratégica das regiões da África e do Oriente Médio durante este período, bem como analisar o papel dos Estados de Israel e África do Sul neste cenário, (2) compreender a política externa dos Estados de Israel e África do Sul durante o período da Guerra Fria considerando seus desafios domésticos e regionais e o histórico de suas relações diplomáticas e políticas, (3) analisar a cooperação militar entre Israel e a África do Sul, a partir da sua formação e auge nas décadas de 1970 e 1980 e compreender seu declínio a partir do final dos anos 1980, assim como o impacto regional e internacional que esta desencadeou.

Considerando estes elementos, a escolha desta temática justifica-se em dois pontos principais. Primeiramente, a cooperação militar entre Israel e África do Sul ainda permanece pouco compreendida nos estudos sobre política internacional. Apesar de artigos e livros sobre o assunto contribuírem grandemente para o conhecimento dos atores principais, como os interesses dos primeiros-ministros e dos seus militares, seus impactos geopolíticos ainda precisam ser melhor entendidos. É nesta lacuna que este trabalho procurar encontrar sua contribuição. A cooperação militar entre os dois Estados, apesar de ter durado cerca de duas décadas, resultou em impactos internos e externos. De acordo com Sasha Polakow-Suransky (2010, p. 6), esta cooperação foi uma confluência de interesses e ideologias que aconteceu em

um determinado contexto geopolítico. Dessa maneira, é importante conhecer estes aspectos e como eles estão inter-relacionados para entender esta cooperação.

Outro ponto que esta pesquisa procura contribuir diz respeito à compreensão das dinâmicas regionais e sua importância na política internacional. Nesse sentido, Igor Castellano (2017, p. 30) afirma que “[...] a avaliação de regiões periféricas possibilita novos entendimentos sobre as particularidades da formação histórica desses sistemas regionais, as potencialidades e os limites de ação de potências regionais e de suas vizinhas regionais, potências secundárias”. Assim, nesta pesquisa busca-se entender o comportamento de atores regionais relevantes visto que tanto Israel quando a África do Sul são Estados com capacidades políticas e econômicas distintas em suas regiões. Dessa maneira, devem ser considerados seus respectivos contextos históricos e seus projetos políticos.

Em relação à metodologia adotada na pesquisa, esta caracteriza-se como um estudo qualitativo e descritivo. Para responder a pergunta que guia este trabalho, utiliza-se como método de procedimento um estudo de caso histórico. De acordo com John Gerring (2006 p. 20), “um *estudo de caso* pode ser entendido como um estudo intensivo de um único caso no qual o propósito do estudo é – ao menos em parte- de compreender uma classe de casos maior (uma população) [...]”¹. Dessa forma, procura-se a partir da compreensão das relações bilaterais que resultaram na cooperação militar entre Israel e África do Sul durante o Apartheid contribuir para futuras pesquisas sobre o comportamento de atores regionais.

Além disso, este método de procedimento alia-se às categorias de análise a fim de atingir os objetivos deste trabalho. Estas categorias são: nível sistêmico, nível regional e nível doméstico, como pode ser visto na Tabela 1. Estes serão analisados de maneira inter-relacional, do mesmo modo que suas características serão compreendidas ao longo do trabalho.

Quadro 1 – Níveis de análise – Israel e África do Sul (1948-1994)

Nível de Abordagem/País	Israel	África do Sul
Nível Doméstico	Instável	Instável
Nível Regional	Conflito	Conflito
Nível Sistêmico	Isolamento crescente	Isolamento crescente

Fonte: Elaborado pela autora.

¹ Tradução própria. No original: “A case study may be understood as the intensive study of a single case where the purpose of that study is – at least in part – to shed light on a larger class of cases (a population). [...]” (GERRING, 2006, p. 20).

As técnicas de pesquisa utilizadas para a construção deste estudo consistiram em fontes bibliográficas sobre o assunto, como livros, artigos e documentos. Do mesmo modo, o uso de dados serviu somente como suporte à argumentação e foram retirados da fonte de dados sobre transferência de armamentos do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo. Dessa maneira, em relação aos estudos africanos e sobre o Oriente Médio, buscou-se utilizar obras de referência como de Fred Halliday (2005), Ali Mazrui (2010) e Immanuel Wallerstein (2005), entre outros autores. Estas referências auxiliaram a compreender as regiões e os Estados de Israel e África do Sul de uma perspectiva histórica e política. Especificamente em relação à cooperação militar entre Israel e África do Sul, muitos trabalhos na época buscaram compreender suas características, motivos e extensão (HAUSER, 1979; HUSAIN, 1982, CHAZAN, 1983). Trabalhos mais jornalísticos e até mais recentes destacaram a participação de primeiros-ministros, generais, diplomatas, entre outros, como por exemplo, o livro *“The Unspoken Alliance: Israel's Secret Relationship with Apartheid South Africa”* (2010) de Sasha Polakow-Suransky. Assim, foram utilizadas as informações destas fontes para a realização deste trabalho.

Em relação à estrutura, esta segue os objetivos específicos da pesquisa. A seção primeira tem como objetivo principal compreender o nível sistêmico da Guerra Fria a fim de analisar o papel que a África do Sul do regime segregacionista e o Estado de Israel recém-fundado ocupavam. Para isso, será analisado a emergência estratégica do continente africano e do Oriente Médio no sistema internacional.

Na segunda seção, objetiva-se compreender os contextos domésticos e regionais de ambos os países, de 1948 até o final da Guerra Fria. Para isso, serão analisadas suas políticas externas como um elemento que conecta os níveis internos e externos. Por fim, buscar-se-á analisar o histórico da relação entre Israel e África do Sul e os contextos que levaram a uma maior aproximação na década de 1970.

Na terceira seção serão tratados os principais aspectos da cooperação militar entre Israel e África do Sul durante este período. Assim, serão abordados os históricos das relações militares durante as décadas de 1970 e 1980, os projetos conjuntos para o desenvolvimento de energia nuclear e os impactos regionais desta cooperação. A partir disso, almeja-se entender também o afastamento dos países a partir do final da Guerra Fria e as relações entre Israel e África do Sul após 1990.

A partir destes elementos procura-se compreender as relações entre os dois países durante a Guerra Fria e como esta relação resultou em acordos para cooperação militar. Esta cooperação envolveu a confluência de interesses e condições em diferentes níveis de análise, desde o âmbito político interno até elementos sistêmicos. Do mesmo modo, o enfraquecimento desta cooperação foi resultado de pressões externas, desafios domésticos e mudanças nos respectivos contextos regionais. De fato, esta cooperação militar representou muito mais do que uma simples aliança comercial.

2 A EMERGÊNCIA DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO NO SISTEMA INTERNACIONAL: O PAPEL ESTRATÉGICO DE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a África e o Oriente Médio emergiram como regiões de importância geoestratégica no sistema internacional. Nesse sentido, o objetivo desta seção é analisar os condicionantes sistêmicos deste período a fim de compreender o papel que Israel e a África do Sul ocupavam neste cenário. Para isso, serão discutidos os efeitos da Guerra Fria nos âmbitos regionais do continente africano e do Oriente Médio. Além da construção e emergência de novos Estados nestas regiões, o período da Guerra Fria também os incorporou na disputa entre as duas superpotências, mas tendo como contrapartida a relação com diferentes projetos políticos que se desenvolveram nestas regiões. Uma das consequências deste processo são os inúmeros conflitos que tiveram palco nestes espaços. A partir disso, Israel e a África do Sul, durante a Guerra Fria, tiveram um papel diferenciado nos seus contextos regionais e conseqüentemente, para os interesses sistêmicos das potências ocidentais. Isto decorre das próprias transformações políticas resultantes dos processos de construção destes Estados e a relação com seus países vizinhos, como será discutido a seguir.

2.1 A EMERGÊNCIA ESTRATÉGICA DAS REGIÕES DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO DURANTE A GUERRA FRIA

O fim da Segunda Guerra Mundial e a divisão do mundo em duas esferas de influência, de um lado liderada pelos Estados Unidos e de outro, liderada pela União Soviética, desencadeou uma série de mudanças no chamado Terceiro Mundo². Neste período uma série de países conquistaram suas independências das antigas potências coloniais, enfraquecidas pelo conflito e pela luta dos movimentos de libertação nacional. Estas mudanças trouxeram uma nova ênfase para as dinâmicas regionais na política internacional e transformaram sua realidade geopolítica.

Com o desenvolvimento do sistema mundial contemporâneo, ambas as regiões foram inseridas no sistema capitalista internacional. Visto que eram necessários sua expansão, a conquista de matérias-primas e acesso à mão-de-obra, a busca de novos espaços para exploração incorporou estas regiões à lógica mercantilista. A exemplo disso, o continente africano foi

² A denominação “Terceiro Mundo” emergiu justamente no período da Guerra Fria e referia-se aos países não alinhados aos dois blocos de poder naquele período, ao contrário do “primeiro mundo” (Estados Unidos e seus aliados) e do “segundo mundo” (União Soviética e seus aliados). No entanto, esta concepção aos poucos foi sendo referida aos países em desenvolvimento no geral em regiões como, por exemplo, Ásia e África.

inserido no sistema de comércio controlado pelos europeus ainda no século XV (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p. 17). No entanto, foi somente com as transformações resultantes da segunda revolução industrial no século XIX e das mudanças políticas europeias que a África foi de fato submetida a este sistema (VISENTINI, 2010, p. 50-51).³ Em relação ao Oriente Médio, as transformações no sistema moderno foram mais tardias. Segundo Fred Halliday (2005, p. 80), o Oriente Médio, em sua concepção moderna, é resultante das dinâmicas do Império Turco-Otomano e das rivalidades entre os Estados europeus que passaram a controlar o norte africano no século XIX. Somente com a desintegração do Império Turco no final da Primeira Guerra Mundial na primeira metade do século XX que ocorrerão profundas transformações nas estruturas ali existentes (ROGAN, 2013, p. 38). Dessa forma, novas relações de poder e dinâmicas sociais serão construídas nestas regiões.

Outro aspecto que deve ser ressaltado foram os efeitos do colonialismo na África e no Oriente Médio. A experiência colonial trouxe uma lógica de organização social diferente para estas sociedades, estabelecendo novas estruturas administrativas, logísticas e até mesmo culturais. Ambas as regiões foram submetidas às lógicas colonialistas, mas construíram também suas próprias bases para a ascensão dos nacionalismos e movimentos de libertação com projetos políticos particulares. O colonialismo, no entanto, foi um fenômeno complexo e diverso tanto no continente africano quanto no Oriente Médio. Em relação ao primeiro, o período colonial foi mais extenso, iniciando no século XIX e perdurando até metade do século XX. Já a região do Oriente Médio, este período foi mais curto: durou do final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ao final da Segunda Guerra (1939-1945). Ressalta-se também que nem toda a região foi submetida ao controle colonial europeu, como é o caso de Etiópia, Libéria, Arábia Saudita e Irã⁴.

A partir disso, as regiões da África e do Oriente Médio tiveram suas respectivas inserções no sistema mundial contemporâneo em períodos diferentes, mas ambos os processos resultaram em transformações profundas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, isso ocorreu de maneira mais contundente com os processos de construção dos Estados e a importância geoestratégica que estas regiões tiveram durante a Guerra Fria. Em relação aos impactos

³ De acordo com Paulo Visentini (2010, p. 50-51), as mudanças políticas e econômicas na Europa com o desenvolvimento do Estado Nação Moderno e do sistema capitalista gerou efeitos em escala sistêmica, e o continente africano não ficou de fora. Ao final do século XIX, com a Conferência de Berlim (1884-1885), na qual foram estabelecidas regras para a expansão comercial e política na África, este continente foi aos poucos tendo suas estruturas modificadas, tanto no litoral quanto no seu interior (VISENTINI, 2010, p. 52-53).

⁴ Apesar da curta ocupação italiana na Etiópia entre as décadas de 1930 e 1940, este país, juntamente com a Libéria, Arábia Saudita e Irã foram locais onde não se estabeleceu concretamente relações coloniais com alguma metrópole.

sistêmicos do período, pode-se destacar três aspectos principais. Em primeiro lugar, foi neste período que grande parte dos países destas regiões conquistaram suas independências, em decorrência do fim dos impérios coloniais. Em segundo lugar, estes novos Estados consistiram em uma importante força diplomática e política, dotadas de recursos naturais estratégicos. E, finalmente, emergiram novos jogos de poder nessas arenas regionais, pois a partir desse momento a disputa passou a se dar entre Estados Nação Modernos.

Em relação ao primeiro aspecto, os processos de construção dos Estados na África e no Oriente Médio foram concretizados após a Segunda Guerra Mundial. No que diz respeito ao continente africano, a construção dos Estados se deu a partir três ondas de descolonização. A primeira ocorreu no pós-guerra na região do norte-africano, como por exemplo, com as independências de Argélia e Tunísia. A segunda onda de independências ocorreu a partir dos anos 1960 e abrangeu inúmeros países da África Subsaariana. Em terceiro lugar, os últimos países africanos a adquirirem suas independências foram as antigas colônias portuguesas e outros países da África Austral, como o caso da Namíbia na década de 1990.

A construção dos Estados no continente africano foi resultado de uma intensa transformação social e política. Como aponta Immanuel Wallerstein (2005, p. 94-98), já no período colonial emergiram lideranças políticas e organizações de cunho nacionalista que se transformariam nos futuros partidos dos novos Estados e que lutariam pelas independências dos mesmos⁵. Apesar do caminho para atingir este objetivo não ser um consenso entre estes novos Estados⁶, a partir de suas independências novos e maiores desafios passaram a tomar a agenda política: seu desenvolvimento e sua inserção internacional. Estes elementos guiaram o comportamento dos Estados durante a Guerra Fria.

Já em relação à construção dos Estados no Oriente Médio, grande parte das independências ocorreram após o desmembramento do Império Turco Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial. A partir disso, países como Turquia definiram suas fronteiras, enquanto outras regiões como Palestina, Síria e Líbano foram submetidas ao sistema de mandato⁷ francês e britânico. Foi somente com o final da Segunda Guerra que se estabeleceu o

⁵ Os partidos políticos que se constituíram neste período foram importantes organizações não só para os processos de libertação nacional dos países africanos, como também constituíram-se como importante força política após as independências, como por exemplo em Gana, Serra Leoa e Togo (WALLERSTEIN, 2005, p. 95-96).

⁶ Estas divergências podem ser ilustradas com os Grupos de Casablanca (Marrocos, Líbia, Gana, Guiné, entre outros) e o Grupo de Monróvia (Libéria, Nigéria, Libéria, Etiópia, entre outros) que se constituíram em meados da década de 1960. Enquanto os primeiros defendiam a unidade africana para se inserir no cenário internacional, os segundos defendiam a liberdade e autonomia dos novos Estados (ASANTE, 2010, p. 876-877)

⁷ O sistema de mandatos diferencia-se do sistema colonial, pois são grupos locais ligados à metrópole que ocupam os cargos administrativos.

fim desses mandatos na região levando à independência dos Estados. Dentro deste cenário pós-Segunda Guerra, a questão da Palestina ganha destaque após a criação do Estado de Israel (HALLIDAY, 2005). O estabelecimento deste novo Estado impactou na geopolítica da região e o conflito com os países vizinhos marcaram, então, as dinâmicas regionais pós-1945.

Em segundo lugar, em decorrência dos novos Estados criados durante este período, estes consistiram em uma importante força diplomática e política, dotados de recursos naturais estratégicos e capacidade de impactar nas organizações internacionais⁸. Este aspecto é importante de ser destacado porque diz respeito ao poder de barganha que estes possuíam no sistema internacional durante a Guerra Fria. Portanto, havia neste momento espaços para movimentação: se um lado não estava disposto a cooperar, havia outro lado interessado em ocupar esta posição. Dessa forma, os novos países que emergiram, ainda que dependentes da ajuda externa e de alianças com países desenvolvidos, também possuíam interesses e projetos próprios, o que viria a ser utilizado nas diferentes formas de inserção internacional no período⁹.

Por fim, conectado a este último aspecto, os impactos sistêmicos da Guerra Fria na África e no Oriente Médio levaram a novos jogos de poder em nível regional. Com as transformações ocorridas pela fundação destes Estados e pela importância estratégica que estas regiões adquiriram no sistema internacional, as respectivas ordens regionais e sub-regionais também se desenvolveram. Dessa forma, a percepção regional permite compreender as dinâmicas próprias de cada local (CASTELLANO, 2017, p. 34). A exemplo disso, apesar da ausência de um conflito mundial entre as duas superpotências do período, o continente africano e o Oriente Médio, assim como outras regiões do globo, tornaram-se palco de conflitos muitas vezes violentos. Compreendendo estes elementos a partir da relação dos interesses das potências externas com as disputas políticas locais¹⁰, fica mais fácil entender a relação os processos que ocorreram nas regiões durante a Guerra Fria.

⁸ A exemplo disso, neste momento os países membros da Organização das Nações Unidas aumentou significativamente.

⁹ A forma de inserção internacional destes Estados variava de caso a caso. Por exemplo, alguns Estados aliavam-se às antigas metrópoles como forma de garantir sua estrutura econômica, embora isso custasse muitas vezes sua independência decisória. Já outros Estados, por exemplo, buscavam uma posição mais neutra como forma de barganhar no cenário internacional. De qualquer maneira, a prioridade ao âmbito externo visava ao reconhecimento e apoio político e econômico para o desenvolvimento de seus países.

¹⁰ As potências externas tiveram uma presença constante na África e no Oriente Médio durante a Guerra Fria. Segundo Elizabeth Schmidt (2013, p. 22-29), no continente africano além das antigas potências coloniais, os Estados Unidos, União Soviética, China e Cuba foram atores importantes na região durante o período. No caso do Oriente Médio, França, Reino Unido, além das superpotências, estiveram presentes na região. Essa relação com o ambiente externo contribuía para as disputas de poder nos respectivos contextos regionais.

2.2 ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: PAPEL REGIONAL ESTRATÉGICO.

A partir dos aspectos discutidos na seção anterior, os Estados de Israel e África do Sul são dois Estados com especificidades histórico-políticas distintas nas suas regiões, devido ao processo de construção estatal. Ao longo da Guerra Fria, apesar de enfrentarem um crescente isolamento, ambos buscaram alternativas para diminuir seus efeitos.

Nesse sentido, a construção do Estado de Israel em 1948 foi o evento de maior impacto na região do Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial. Apesar de já no século XIX haver uma migração judaica para a região, foi a partir do início do século XX e a intensificação das perseguições ao povo judeu que a população judaica na Palestina aumentou e com isso, iniciaram-se os conflitos com os grupos árabes locais. É necessário ressaltar, também, que os britânicos tiveram relação com o aumento das tensões. Por exemplo, em 1917, com a Declaração de Balfour, os britânicos declararam seu apoio à criação de um lar nacional judeu, mas negociavam com os grupos árabes da Palestina ao mesmo tempo (HALLIDAY, 2005, p. 86). Com a inabilidade de resolver a situação, o fim do mandato britânico se deu em 1948, após o plano de partilha territorial ser votado na Organização das Nações Unidas em 1947¹¹. Após alguns meses de combate com os países vizinhos, o Estado de Israel é estabelecido.

Do outro lado, a África do Sul também se destaca em relação aos demais países africanos por sua formação histórica. Sendo resultado da confluência de imigrantes europeus com a população local, o país já convivia com políticas segregacionistas bem antes de 1948. Desde o século XVI, com a chegada dos primeiros imigrantes holandeses, ocorriam disputas com os grupos ali existentes. Após adquirir sua independência dos britânicos em 1910, aos poucos os líderes nacionalistas de identidade africâner foram ocupando espaços no poder e a segregação racial se consolidou.

Com estes contextos de formação e construção dos Estados, Israel e África do Sul adquiriram aos poucos um papel estratégico durante a Guerra Fria. O Estado de Israel contou com apoio e legitimidade internacional desde sua criação, além de ocupar um acesso ao mar mediterrâneo e proximidade com o Canal de Suez. Israel contava com o apoio de países como Reino Unido e, principalmente, França, antes que a uma aliança com os Estados Unidos fosse consolidada. Os franceses, por exemplo, forneciam armamentos aos israelenses durante este

¹¹ O Plano de Partilha da ONU, votado em 1947, visava a criação de dois Estados na região da Palestina: um Estado para os judeus, que contemplava a maior parte do território, e outro palestino, com o restante da região. No entanto, os representantes árabes retiraram-se das negociações (HALLIDAY, 2005, p. 110-111).

período. A partir dos eventos ao longo da Guerra Fria, os americanos tornaram-se um importante aliado, fornecendo ajuda econômica, apoio técnico, militar e político a Israel (REICH, 2004, p. 134). Ao longo da Guerra Fria, Israel foi se tornando um aliado estratégico, pois continha capacidades políticas, econômicas e militares, além de um regime político estável que possibilitaria a contenção soviética no Oriente Médio (GELDENHUYS, 1990). Dessa maneira, ainda que se tornasse isolado internacionalmente, sobretudo a partir da década de 1970 como será demonstrado na seção seguinte, Israel ainda contava com apoio externo dos países ocidentais.

A África do Sul, assim como Israel, possuía uma localização importante para o sistema internacional. De acordo com Hélio Magalhães de Mendonça (2000, p. 17) sua posição geoestratégica para o comércio mundial permitia o acesso dos países ocidentais ao Oceano Índico. Outro aspecto que garantia um elemento de barganha para a África Sul era a justificativa de ser um bastião anti-comunista no continente africano. De acordo com Azim Husain (1982, p. 50), a África do Sul também era estratégica por possuir acesso à Namíbia, a qual controlou por décadas e que consistia em um território rico em recursos naturais para seus aliados do ocidente. Em suma, este país se apresentava aos países ocidentais como um aliado no continente africano que passava por transformações. Manter as relações com o regime de Pretória garantia aos países ocidentais acesso à região, rica em recursos naturais, e evitava a ascensão de governos contrários aos seus interesses. Apesar disso, o Estado Sul-africano foi ao longo da Guerra Fria sendo isolado no sistema internacional, como uma maneira de pressionar por mudanças no regime interno. Assim, havia receio das potências ocidentais de possuírem laços políticos com a África do Sul (GELDENHUYS, 1990). Diferentemente de Israel, o país sul-africano não contava com uma aliança militar formal com as potências ocidentais.

Tanto Israel, quanto a África do Sul, possuíram ao longo da Guerra Fria relativo apoio externo, embora muitas vezes não formalizado. Os dois Estados enfrentaram condições sistêmicas semelhantes, tornando-se ao longo tempo isolados internacionalmente. No entanto, reconheciam que para garantir sua segurança era necessário buscar diversificar seus aliados externos, ainda mais quando as potências ocidentais hesitavam em apoiá-los. Assim, Israel e África do Sul encontravam um incentivo para consolidar sua aproximação.

Nesse sentido, a emergência da África e do Oriente Médio no sistema internacional ocorreu muito antes da Segunda Guerra Mundial, mas o que será diferente no período pós-conflito foram os processos de construção de novos Estados nestas regiões. Isso levou a transformações geopolíticas, com novos atores nas organizações internacionais, que passavam

a ter, portanto, peso diplomático e político, bem como ingressar em disputas de poder, resultantes de confrontos de interesses internos e externos (potências externas). Neste cenário, a África do Sul e o Estado de Israel foram atores com formação estatal distinta de seus vizinhos. Ambos tiveram legitimidade e apoio internacional, não só por suas localizações geoestratégicas, como também por se consolidarem como importantes aliados ocidentais. Neste período, suas posições estratégicas no sistema internacional permitiram a estes Estados uma certa margem de ação, mas que não seria livre de desafios, como será analisado na seção seguinte.

3 A POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: DESAFIOS DOMÉSTICOS, IMPACTOS REGIONAIS E INSERÇÃO SISTÊMICA (1948-1994)

A fim de compreender a política externa de Israel e da África do Sul durante o período do Apartheid, no contexto da Guerra Fria, é necessário entender o papel das lideranças, o contexto doméstico e os projetos políticos que foram criados. Dessa forma, por meio da análise de política externa, procura-se entender a interação entre os âmbitos internos e regionais destes países. A análise se centrará nos principais elementos a partir de 1948, considerado um marco para ambos, até final da Guerra Fria. Após este estudo da política externa, serão analisados o histórico da relação de Israel e África do Sul e os eventos que levaram a sua aproximação no final da década de 1960 e que depois resultaram na cooperação militar.

3.1 A POLÍTICA EXTERNA DE ISRAEL DURANTE A GUERRA FRIA

De 1948 ao final da Guerra Fria, os desafios do Estado de Israel tinham natureza doméstica e regional e sua conduta externa foi extensamente impactada por estes elementos. Para fins de análise de sua política exterior, este período será dividido em dois: o primeiro período parte da fundação do Estado até 1977, durante o qual grupos do Partido Trabalhista¹² ocuparam o poder. O segundo momento consiste do período de 1977, no qual o partido de centro-direita Likud¹³ ganhou as eleições, até o final da Guerra Fria. Para compreender a relação do âmbito doméstico com o regional, serão analisados seus desafios internos, os interesses políticos dos formuladores de política externa e o contexto regional em cada período citado.

Desse modo, de 1948 a 1977, o Estado de Israel recém-fundado enfrentou conflitos com seus países vizinhos e a população palestina, ao mesmo tempo que construía suas instituições e buscava apoio e reconhecimento internacional. Assim, a preocupação fundamental de Israel nos anos iniciais foi garantir sua manutenção e sua segurança. Visto que a primeira Guerra árabe-israelense ocorreu após a declaração de independência de Israel, ficou claro para este país que enfrentaria um cenário conflituoso com seus países vizinhos.¹⁴ Dessa maneira, segundo Reich

¹² O Partido Trabalhista, de centro esquerda, governou o Estado israelense da sua fundação até 1977.

¹³ O Partido Likud de Israel ascendeu ao poder após insatisfações com o governo trabalhista e implementou uma série de reformas liberais no país.

¹⁴ Neste conflito, cujas hostilidades ainda perduraram até meados da década de 1950, os países árabes contrários à fundação do Estado israelense, atacaram este último e os combates duraram alguns meses. Como resultado deste primeiro embate foram o grande número de mortos e a expansão territorial de Israel. O conflito levou também ao grande número de refugiados palestinos que buscaram abrigo nos países árabes vizinhos (REICH, 2004).

(2004, p. 125), a relação com demais países da região e o acesso a comunidades judaicas em outras regiões do globo constituíram os pilares para a política externa do país. O grande fluxo de imigrantes judeus para a região continuou após o processo de independência e esta foi uma das políticas principais do Estado neste período: a garantia do direito de retorno¹⁵. Ao mesmo tempo que Israel procurava desenvolver-se internamente a fim de abrigar a crescente população, também deveria focar na manutenção de suas fronteiras.

Contudo, logo na metade da década de 1950, Israel enfrentou mais um embate no seu entorno regional, agora especificamente com o Egito. A conhecida crise do Canal de Suez, causada pela nacionalização do canal por Gamal Abdel Nasser, se intensificou com a tentativa de ataque organizada pelo Reino Unido, França e Israel em 1956¹⁶. Segundo José Carreras (1992, p. 145), entre 1960 e 1970 foi o período que as principais guerras árabes-israelenses aconteceram. A exemplo disso, pode-se citar o terceiro conflito que se deu em outubro de 1967 no qual Israel atacou a base aérea egípcia, bem como as da Síria, Jordânia e Iraque (CARRERAS, 1992, p. 155). A guerra dos Seis Dias em 1967 foi o ponto de inflexão para as relações regionais do Oriente Médio (REICH, 2004, p. 127). A partir do ataque israelense à força aérea egípcia, Israel passou a controlar as Colinas de Golã, a península do Sinai e Faixa de Gaza. Além da expansão territorial de Israel, outra consequência geopolítica foi sua maior aproximação com o bloco ocidental e o aprofundamento das relações com os Estados Unidos (HALLIDAY, 2005). O conflito também foi uma demonstração da capacidade militar israelense em relação aos países árabes. As hostilidades entre árabes e Israel continuaram e em 1973, resultando na quarta guerra árabe-israelense. O conflito envolvendo egípcios e sírios representou uma tentativa destes países de recuperar os territórios perdidos em 1967 (CARRERAS, 1992, p. 171). Apesar de uma ofensiva inicialmente bem-sucedida, foram os israelenses que mais uma vez conseguiram obter êxito em conter os exércitos destes países.

Em termos regionais, o período de 1948 a 1977 foi marcado por intensos conflitos com os países árabes vizinhos. Com consequência deste processo, Israel passou a controlar territórios bem além das suas fronteiras iniciais de 1948. O interesse das elites políticas, centradas neste momento no Partido Trabalhista, visava à segurança do país e do reconhecimento internacional. Desse modo, buscava-se apoio diplomático e político para combater seu entorno regional conflitivo, e ao longo da Guerra Fria sua aliança com os Estados

¹⁵ O direito de retorno visa garantir que qualquer judeu de outras partes do mundo pudessem ser eleitos para a cidadania e serviços israelenses.

¹⁶ A estratégia planejada era que Israel faria o primeiro ataque e logo em seguida, França e Reino Unido dariam suporte ao país e tomariam controle do Canal de Suez (HALLIDAY, 2005, p. 113).

Unidos tornou-se concreta. A relação com os países ocidentais também adquiriu destaque na política externa de Israel neste período, como por exemplo, as relações com a França nos anos iniciais do Estado (REICH, 2004). Esta relação com os países ocidentais permitia o acesso a armamentos pelos israelenses. Em relação ao campo doméstico, este período foi caracterizado pela busca de desenvolvimento interno, do campo político à infraestrutura do país. A economia, neste momento, era em grande parte controlada pelo Estado.

A partir de 1977, os âmbitos doméstico e regional de Israel passaram por transformações. Em relação ao primeiro, aos poucos a política econômica controlada pelo Estado do Partido Trabalhista era transformada em uma política favorável à abertura do mercado defendida pelo Partido Likud (HALLIDAY, 2004, p. 117). O partido que ganhara as eleições em 1977 alternaria o poder com os trabalhistas até o final da Guerra Fria, simbolizando a insatisfação com as políticas deste partido, tanto internas quanto externas.

No campo externo, o número de conflitos com os países vizinhos diminuiu. Mas apesar das negociações de paz com o Egito de Anwar Sadat na década de 1970¹⁷, o contexto regional de Israel ainda permaneceu hostil na percepção israelense. O exemplo disso foi invasão do Líbano por Israel em 1982, que tinha como objetivo combater as lideranças palestinas ali presentes, que ameaçavam o norte do país (REICH, 2004). Isso decorre da maior organização dos palestinos neste momento, que passariam da luta armada à busca de reconhecimento internacional a partir de 1980¹⁸. Assim, estes processos, liderados pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP), davam aos palestinos maior possibilidade de ação (HALLIDAY, 2005, p. 121). Ao mesmo tempo, cresciam as críticas ao governo israelense, que mesmo consolidando sua aliança com os países ocidentais, não ficou imune a resoluções nas organizações internacionais.

Nesse sentido, neste segundo momento da política externa de Israel, este também priorizou sua segurança de maneira mais contundente. As lideranças do Likud tinham nisto uma visão diferente dos trabalhistas, e Israel passou a ser um dos principais aliados dos Estados Unidos na região e a desenvolver-se militarmente.

¹⁷ Os Acordos de Camp David em 1979 entre israelenses e egípcios estabeleceu fim ao conflito entre os dois países. O acordo estabelecia que ambos reconheçam-se mutuamente e que Israel deveria desocupar a Península do Sinai. Apesar das negociações, o restante dos países árabes não seguiu o Egito, mantendo hostilidades em relação à Israel (HALLIDAY, 2005). Além disso, este evento marcou a aproximação de Egito e Estados Unidos. Este evento impactou, contudo, não só para o Oriente Médio como também na África, visto como um fim da unidade do mundo árabe.

¹⁸ Aos poucos o problema de representação palestina passava a ser resolvido com a OLP liderando os processos de negociação e busca de reconhecimento diplomático.

3.2 O REGIME DO APARTHEID E SUA POLÍTICA EXTERNA (1948-1994)

A política exterior da África do Sul de 1948 até o final da Guerra Fria não pode ser dissociada do seu contexto doméstico de segregação racial, visto que por meio de sua política externa favoreceu a aliança com os países ocidentais e promoveu sua segurança regional. O primeiro período da análise vai de 1948 a 1975, durante o qual o regime do Apartheid se instalou de fato na África do Sul. O período posterior de 1975 a 1994, o qual consistiu em um aumento da ação externa da África do Sul nos seus países vizinhos, até a queda do regime. Da mesma maneira, serão considerados os fatores domésticos, tanto sociais quanto políticos, para a análise da política exterior sul-africana.

Assim como para Israel, o ano de 1948 também foi um marco para a África do Sul. Neste ano, ascendeu ao poder o Partido Nacional, formado pela dissidência de nacionalistas africanos às tentativas de integração do antigo governo¹⁹ (MENDONÇA, 2000, p. 16), o qual concretizou as políticas segregacionistas que já existiam no país. Durante sua vigência no poder, buscou consolidar o domínio africano com participação estatal na economia (PEREIRA, 2010, p. 39-40). Ao mesmo tempo, estas lideranças buscavam a separação por vias práticas e legais entre a população branca da população negra e mestiça.

No entanto, práticas segregacionistas no país sul-africano datam desde muito antes de 1948, caracterizando-se pela concentração da riqueza nas mãos da população branca e a exploração da mão-de-obra negra. Com a independência da Inglaterra em 1910, por exemplo, foi institucionalizado o *Native Labour Act* em 1913, que concedia a maior e mais rica porção do território sul-africano para os brancos, enquanto coube à população negra uma pequena parte e mais pobre (PEREIRA, 2010, p. 37). Aos poucos novas medidas foram implementadas para barrar ainda mais a liberdade dos negros sul-africanos dentro do país.

Em termos gerais, a política externa do regime de segregação racial na África do Sul durante a Guerra Fria foi caracterizada por um crescente isolacionismo internacional e ofensiva regional (VISENTINI; CALICH, 2018, p. 31). Como observa Analúcia Pereira (2010, p. 39), a política externa da África do Sul durante a Guerra Fria foi guiada pela percepção de ser um “país europeu” no continente africano. Contudo, até meados da década de 1960, a política externa do Partido Nacional visava à soberania sul-africana, o diálogo bilateral e a relação com

¹⁹ O antigo governo era formado por uma aliança entre descendentes de ingleses e africanos.

os países ocidentais, como Reino Unido, Argentina e Brasil (MAGALHÃES, 2000, p. 20). Neste período, os países no entorno regional mais imediato da África do Sul ainda permaneciam sobre controle colonial, o que era uma preocupação a menos para o governo do país.

Na década de 1960 ocorreram mudanças importantes nos níveis doméstico e regional que impactaram na política externa sul-africana²⁰. De um lado, diversos países africanos conquistam suas independências das antigas potências coloniais. De outro, a segregação racial na África do Sul atinge novos patamares com a formação dos bantustões. Este último foi mais uma medida do governo sul-africano para afastar a população negra e mantê-la em controle pelo regime, ou seja, foram criadas cerca de quatro regiões com autonomia administrativa (mas não política) mantendo-se sob a égide da população branca (MENDONÇA, 2000, p. 25). Os bantustões foram uma proposta do ministro de assuntos nativos, Hendrik Verwoed, em 1959, com a Lei de Promoção do Autogoverno Banto (PEREIRA, 2010, p. 44). Assim, com o governo impondo medidas segregacionistas cada vez mais restritivas, o movimento de resistência da população negra também aprofundou sua organização. A resistência da população negra ao regime segregacionista pode ser representada pela composição do Congresso Nacional Africano, fundado ainda em 1912 (PEREIRA, 2010, p. 47). Além do CNA, havia outros grupos que aos poucos foram sendo alvos das ações repressivas do Estado.

Neste cenário, o isolamento do país sul-africano se consolida: há o rompimento de relações diplomáticas e a expulsão de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (MENDONÇA, 2000, p. 26). Ao mesmo tempo que a repressão estatal aumentava, as sanções internacionais contrárias ao governo também eram implementadas. Além disso, o entorno regional sul-africano na década de 1970 começa a se afunilar. O fim da colonização portuguesa em Angola e Moçambique em 1975 simbolizou o começo da ruptura da ordem regional que a África do Sul estava inserida até o momento (CASTELLANO, 2017).

Neste contexto, o período de 1975 até o final do regime do Apartheid consistiu em mudanças na política externa sul-africana doméstica e internacionalmente. Segundo Igor Castellano (2017, p. 181-82), a política externa da África do Sul de 1975 a 1988 estava voltada para a sustentação da ordem regional, além da justificativa de combate ao comunismo como

²⁰ O massacre de Sharpeville em 1960 foi um dos elementos que impactaram a percepção externa do regime. O protesto pacífico contra a Lei do Passe que controlava o trânsito da população negra no país foi violentamente reprimido pela polícia sul-africana. A partir deste momento, a condenação ao regime do Apartheid em instâncias internacionais seria mais frequente.

instrumento para tentar diminuir as pressões em relação ao regime e pelo consentimento de sua ação no seu entorno estratégico. Com as descolonizações na África Austral, a África do Sul interviu militarmente nos países vizinhos, como Angola e Moçambique, a fim de conter a ascensão de regimes contrários ao Apartheid.

Internamente, o período de repressão social teve que dar espaço para reformas sociais a partir da década de 1980. De reforma em reforma foram concedendo-se direitos à população negra. A exemplo disso, foi na reforma constitucional de 1983 que pela primeira vez possibilitou a representação desta população no governo desde 1948 (CASTELLANO, 2017, p. 177)²¹. Neste período, as organizações anti-apartheid como o Congresso Nacional Africano (CNA) passam a organizar manifestações contra o governo (MENDONÇA, 2000, p. 35). O crescente isolacionismo aliado às sanções econômicas internacionais e as pressões internas afetaram a política social e econômica da África do Sul a partir deste período. Com a confluência destes fatores internos e externos, ficou insustentável manter as práticas segregacionistas e ao final da década de 1980, o regime do Apartheid estava em queda.

3.3 A APROXIMAÇÃO ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL DURANTE A GUERRA FRIA

A convergência entre os países, que resultaria no seu ponto máximo com a cooperação militar, ocorreu a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, impulsionada pelos seus contextos regionais e sistêmicos. As relações políticas entre Israel e a África do Sul, no entanto, foi marcada por um período inicial de distanciamento que seria transformado a partir da Guerra dos Seis Dias (1967). A cooperação militar que aos poucos foi sendo firmada representou, então, uma aliança política, econômica e securitária para ambos os países.

Como mencionado acima, antes dos eventos da década de 1960, África do Sul e Israel tiveram uma aproximação tímida. As relações entre os países tiveram início logo após a fundação do Estado de Israel em 1948, mas manteve-se restrita até a década de 1970. Em um primeiro momento, as relações eram promissoras. De acordo com James Adams (2018, p.14), Daniel Malan, chefe do Partido Nacionalista sul-africano em 1948, declarou seu apoio à comunidade judaica do país e ofereceu apoio financeiro e logístico à Israel assim que assumiu

²¹ A reforma estabeleceu um parlamento tricameral que possibilitou a representação de negros, mestiços e asiáticos (CASTELLANO, 2017, p. 177).

o poder. A comunidade judaica na África do Sul representou um importante componente para as relações entre os dois países e defendiam a boa relação entre ambos (STEVENS, ELMESSIRI, 1976). Apesar de relações comerciais terem sido firmadas, a aproximação política permaneceu limitada.

Neste primeiro momento, Israel necessitava de reconhecimento e apoio diplomático para inserir-se internacionalmente. O continente africano que a partir da década de 1960 transformava-se em novos Estados modernos tornou-se cenário favorável para o país. A aproximação com os novos Estados Africanos significava também o posicionamento crítico em relação à África do Sul, visto como um país colonialista no continente. Esta política externa, liderada sobretudo pela então Ministra das Relações Exteriores, Golda Meir, previa uma série de acordos que se estendiam desde o campo da agricultura ao campo militar (POLAKOW-SURANSKY, 2010, p. 2016). Nas organizações internacionais, Israel apoiava as condenações ao regime do Apartheid em consonância com os interesses africanos, e estes apoiavam o país em suas resoluções (SILVA; SANTOS, 2013, p. 110). Dessa forma, a política externa africana de Israel estava centrada não só na construção de acordos comerciais como também visava a garantia de apoio diplomático que tanto necessitava.

No entanto, o contexto doméstico, regional e internacional destes dois países começou a se estreitar e suas possibilidades de ação ficaram limitadas. Como demonstrado na primeira parte desta seção, Israel enfrentou um contexto regional hostil desde sua fundação. Contudo, mesmo com os outros conflitos, foi a partir da Guerra dos Seis Dias que começou a alterar-se a percepção africana sobre o Estado israelense. O conflito de 1967, em que Israel atacou e ocupou diversos territórios árabes, causou desconforto aos países africanos devido à expansão territorial do país. De acordo com Edem Kodjo e David Chanaiwa (2010, p. 920), esta expansão foi considerada uma atitude agressiva a um membro da Organização da União Africana (OUA), no caso o Egito, e a tomada da Península do Sinai pelos israelenses. A África do Sul, por outro lado, percebeu neste evento a oportunidade para se aproximar de Israel, e logo ofereceu ajuda militar (SILVA; SANTOS, 2013, p. 112). Segundo Naomi Chazan (1983, p. 172), a partir desse período o governo sul-africano procurou aproximar-se do Estado israelense. Este evento, no entanto, não levou a maiores consequências diplomáticas e políticas, pois Israel manteve seus laços com o continente africano.

Foi a Guerra do Yom Kippur de 1973 que, de fato, impactou nas relações entre Israel e a África e, conseqüentemente, com a África do Sul. Apesar do ataque inicial ter sido dos países árabes, vários países africanos romperam relações diplomáticas com o Israel naquele ano,

exceto Botsuana, Lesoto, África do Sul, Suazilândia e Ilhas Maurício (EDMONDSON, 2010, p. 1029). Chazan (1983, p. 173) ainda acrescenta a crise de petróleo do mesmo ano como um fator que impactou nas relações entre Israel e os países ocidentais, agora enfraquecidos política e economicamente. Em conjunto, estes elementos resultaram no isolamento internacional de Israel e na maior aproximação com os sul-africanos. Nesse sentido, Sasha Polakow-Suransky (2010, p. 73) afirma:

“[...] Desde a Guerra dos Seis Dias, as alianças de Israel na África estavam tênues. Demandas para Israel reatar os laços com o regime do apartheid, a pressão árabe nos líderes africanos para abandonarem o Estado judeu, e os clamores dos judeus de Johannesburg para uma aproximação com Jerusalém – tudo isso constrangeu as relações de Israel na África. Mesmo assim, com a exceção de Idi Amin, a rede de Israel na África não durou mais que seis anos. Não foi até a Guerra de Yom Kippur que a estratégia africana tão bem arquitetada por Golda Meir e Abba Eban foi deixada em frangalhos. As dúvidas dos líderes militares sobre o valor estratégico para Israel, a cooperação militar clandestina das Forças de Defesa Israelenses com Pretória que originou na França, e com um amplo sentimento de traição na imprensa, tudo contribuiu para a transformação da política africana de Israel. Mais importante, a ascensão de líderes do Partido Trabalhista de Israel não via a África pelo prisma moral de Meir, e eles estavam perfeitamente confortáveis em se alinhar com o regime do apartheid se isso fortalecesse a segurança nacional israelense. Através de uma incerta paz concordada no Oriente Médio em novembro de 1973, oficiais de defesa israelenses e sul-africanos começaram a lançar as bases para uma lucrativa e ampla aliança.”²²

Dessa maneira, o autor acrescenta a pressão dos países árabes aos Estados Africanos para romperem relações com Israel também contribuiu para as difíceis relações no continente. Esta identificação com os países árabes vinha desde o conflito de 1967, mas se aprofundou no conflito de 1973, com a aproximação de Israel com a África do Sul (KODJO; CHANAIWA, 2010, p. 920). A soma destes elementos regionais reforça os motivos para sua aliança com o regime do Apartheid.

Além disso, elementos domésticos também favoreceram este movimento de aproximação com a África do Sul. Como aponta Chazan (1983, p. 174), as lideranças do Partido

²² Tradução da autora. No original: “[...] Ever since the Six-Day War, Israel’s alliances throughout black Africa had been tenuous. Calls from the Israeli right to upgrade ties with the apartheid regime, Arab pressure on African leaders to abandon the Jewish state, and clamoring among Johannesburg News for closer links to Jerusalem – all this strained Israel’s relationships throughout Africa. Even so, with the exception of Idi Amin, Israel’s network in Africa did hold fast for six years. It wasn’t until after the Yom Kippur War that the African strategy so carefully crafted by Golda Meir and Abba Eban was left in tatters. Military leaders’ doubts about Africa’s strategic value to Israel. The IDF’s clandestine military cooperation with Pretoria that had originated in France, and a widespread feeling of betrayal in the press all contributed to the unraveling of Israel’s Africa policy. Most important, the rising stars of Israel’s Labor Party did not see Africa through Meir’s moral prism, and they were perfectly comfortable aligning themselves with the apartheid regime if it enhanced Israel’s national security. As an uneasy peace settled over the Middle East in November 1973, Israeli and South Africa defense officials quietly began to lay the foundations for a lucrative and far-reaching alliance.” (SURANSKY, 2010, p. 73).

Trabalhista que sucederam Golda Meir e a ascensão do Likud ao poder sinalizaram um interesse das elites políticas israelenses em defenderem de maneira pragmática os interesses nacionais frente aos dilemas enfrentados no momento. A preocupação com a segurança de Israel era primordial para estas lideranças. Desse modo, apesar de manterem críticas às políticas de segregação, a África do Sul significava uma forma de aliviar os problemas enfrentados por Israel. Do lado sul-africano, também havia interesse com esta aproximação como forma de aliviar o isolamento do Estado.

A convergência de interesses entre Israel e África do Sul a partir dos elementos discutidos nesta seção tem origem nos constrangimentos regionais externos dos dois países e na abertura doméstica para maior aproximação. O crescente isolamento internacional dos dois países pode ser considerado como um aspecto do nível sistêmico que contribuiu para o encontro de interesses. Para Rita Hauser (1979, p. 79) os motivos para a cooperação entre os dois Estados eram evidentes:

“[...] as duas nações, as quais eram concebidas como parte do ocidente, tem sido objeto de intensas pressões políticas do próprio ocidente, que objetivam mudar as suas políticas internas; ambas as nações estavam isoladas nos âmbitos internacionais; ambos eram objetos de vilificação; ambos sentem uma vulnerabilidade com o poder da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e pela crescente importância dos países árabes ricos em petróleo impactando a política ocidental. Ambas as nações dependiam pesadamente do petróleo iraniano, agora em risco. Dentro dessas circunstâncias, é natural que tenham buscado um ao outro para apoio mútuo. E eles facilmente encontraram as bases para uma relação comercial satisfatória.” (HAUSER, 1979, p. 79).²³

Assim, a aproximação entre os dois países atingiu seu ponto máximo a partir da década de 1970. Neste momento, intensificou-se o número de visitas oficiais entre Israel e África do Sul e o caminho para firmar essa convergência de interesses estava aberto (CHAZAN, 1983, p. 174). Assim, uma série de projetos conjuntos foram estabelecidos²⁴, com destaques para a área militar, a qual será destacado neste trabalho.

²³ Tradução da autora. No original: “[...] *The two nations, both of which conceive of themselves as part of the Western world, have been the object of intensive political pressures from the West itself, seeking to force a change in their respective internal policies; both nations are isolated in world bodies; both are the subject of vilification; both feel a keen vulnerability deriving from the power of the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) and from the growing importance of the oil-rich Arab states in shaping Western policy. Both nations depended heavily on Iranian oil, now in jeopardy. Under these circumstances, it is natural that each should turn to the other for mutual support. And they easily found the basis for a satisfactory trading relationship.*” (HAUSER, 1979, p. 79).

²⁴ Segundo Naomi Chazan (1983, p. 180), as relações comerciais entre Israel e África do Sul cresceram muito durante este período. Os países também firmaram acordos em diversas outras áreas como agricultura, transferência

4 A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO (1970-1990)

A cooperação entre Israel e a África do Sul abrangeu o comércio de armamentos, a formação das forças armadas e o auxílio no desenvolvimento de tecnologia militar. A cooperação militar entre os dois países até o final da década de 1960 já existia, mas restringia-se a troca de materiais bélicos (ADAMS, 2018, p. 42). Foi somente a partir de década de 1970 que o intercâmbio de materiais e de *know-how* tecnológico se intensificaram. A cooperação favoreceu a indústria bélica israelense e o aprimoramento das forças armadas da África do Sul, bem como foi o caminho adotado pelos dois países para diminuir os efeitos do isolamento internacional em que estavam inseridos. Os resultados desta cooperação militar, no entanto, não restringiram-se ao ambiente doméstico, tendo também impactos regionais, sobretudo com as interferências nas guerras civis nos países vizinhos. Contudo, antes mesmo do fim da Guerra Fria, as pressões pelo afastamento destes dois países impuseram um fim à cooperação. Desde então, os países mantêm relações diplomáticas, mas a convergência de seus interesses políticos e securitários nos moldes deste período não mais ocorreram.

4.1 A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE ISRAEL E ÁFRICA DO SUL: AUGES NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

O marco inicial da cooperação militar entre os dois Estados é difícil de identificar. Afinal, o comércio de armamentos entre os sul-africanos e israelenses não começaram somente a partir de 1973, sendo registrada trocas de produtos bélicos já na década de 1960 (SILVA; SANTOS, 2013, p. 112). No entanto, os elementos discutidos na seção anterior auxiliam a entender a intensificação desse comércio a partir da década de 1970. Segundo James Adams (2018, p. 94), a cooperação militar entre a África do Sul e Israel aumentou após a visita do primeiro-ministro sul-africano John Voster a Israel em 1976. Neste encontro foram firmados inúmeros acordos dentre os quais contemplavam o campo militar. Ressalta-se o interesse mútuo para a concretização da cooperação: de um lado, a ascensão de lideranças políticas de Israel preocupadas com a segurança do Estado e que possibilitou mais espaço para a cooperação militar com a África do Sul. De outro, o interesse sul-africano de garantir o acesso a armamentos e de aliados políticos. Essa aproximação política permitiu o desenvolvimento desta aliança até

de tecnologia, entre outros além da esfera militar. Nesta pesquisa busca-se analisar esta última por simbolizar a convergência de interesses políticos e securitários entre os dois países.

meados da década de 1980. Dessa maneira, mesmo com o embargo obrigatório à venda de armamentos para a África do Sul aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU em 1977, foi justamente neste período que a cooperação entre os dois países se intensificou (GELDENHUYS, 1990, p. 505). A partir da década de 1970, o caminho para a intensa cooperação militar estava aberto.

Antes deste processo, o desenvolvimento e formação da defesa sul-africana estava centrada no apoio britânico (ADAMS, 2018, p. 39). De acordo com Hélio Mendonça (2000, p. 31-32), a partir da década de 1960 a indústria militar sul-africana começa a se desenvolver voltada sobretudo para a segurança regional. Com a crescente luta e contestação ao governo de minoria branca, não só dentro da África do Sul, como também de países vizinhos como Angola, percebeu-se a necessidade de aprimorar as forças armadas do país e, já em 1970, foram firmados acordos para a venda de veículos blindados sul-africanos para Israel (ADAMS, 2018, p. 41). Israel também procurou desenvolver sua indústria bélica. Como ressalta Sasha Polakow Suransky (2010, p. 76), com a economia debilitada após as guerras com os países árabes e a busca de sua segurança, Israel também buscou o fortalecimento e expansão de sua indústria de defesa. Dessa maneira, a cooperação entre os dois Estados ia ao encontro de seus interesses, visto a necessidade econômica e securitária de suas respectivas indústrias e para atender os interesses internos.

Mas no que consistiu a cooperação militar a partir de 1970? Os números e os materiais exatos que envolveram a cooperação militar entre Israel e África do Sul não são conhecidos e difíceis de serem mensurados pela ausência de dados. Chazan (1983, p. 185) menciona, por exemplo, a venda de mísseis, treinamento naval à África do Sul, além de venda de veículos blindados. De acordo com Deon Geldenhuys (1990, p. 457), Ministros de Defesa e militares israelenses realizaram cerca de seis visitas à África do Sul para formação, acordos e auxílio às forças armadas. No entanto, pode-se destacar que a cooperação equipou o exército, a marinha e a aeronáutica sul-africana. A Tabela 2, a seguir, procura reunir as áreas contempladas pela cooperação. Grande parte dos elementos descritos na tabela foram um movimento de Israel para a África do Sul. No entanto, o primeiro também se beneficiou economicamente com a cooperação.

Quadro 2 - Cooperação militar entre Israel e África do Sul (1970-1980)²⁵

Áreas	Resultados da Cooperação
Aeronáutica	Venda de aviões, treinamentos militares; venda de materiais (mísseis, entre outros)
Exército	Treinamento militar; treinamento para ações contra forças insurgentes; venda de materiais (carros de combate, entre outros) licença para produção de armamentos (metralhadoras, entre outros).
Força Naval	Construção de submarinos, venda de materiais, treinamentos militares.
Nuclear	Realização de testes nucleares, venda de materiais nucleares, técnicas para o enriquecimento de urânio, entre outros. ²⁶

Fonte: Elaboração da autora.

Além da venda de armamentos, grande parte da cooperação militar também foi destinada ao apoio de Israel na formação de tropas sul-africanas (MAZRUI, 2010, p. 114). Nesse sentido, uma série de militares israelenses contribuíram para preparação militar e técnicas de ataques rápidos contra forças insurgentes (CHAZAN, 1983, p. 187). Estes treinamentos auxiliaram as forças armadas da África do Sul em diversas ocasiões para tentar conter as ações contestatórias ao regime do Apartheid. Além disso, Israel também contribuiu neste aspecto pela transferência de tecnologia para os sul-africanos para a montagem e desenvolvimento de materiais bélicos por meio de suas próprias indústrias.

²⁵ A elaboração desta tabela foi uma tentativa de reunir os dados sobre a cooperação militar entre Israel e África do Sul como forma de ilustrar o que essa representou. As informações para a elaboração desta tabela foram retiradas da obra de Sasha Polakow-Suransky (2010), dos artigos de Naomi Chazan (1983) e Sérgio Silva e Vasco Santos (2013). Contudo, reconhece-se que a tabela não contempla todos os dados sobre a cooperação militar, uma vez que estes são dispersos e alguns são desconhecidos.

²⁶ A extensão da cooperação militar entre os dois Estados é desconhecida, mas sabe-se que realizaram testes nucleares no território sul-africano.

Tabela 1 – Transferência de armamentos de Israel para a África do Sul (1950-2000)²⁷

Origem: Israel	Destino: África do Sul	Número Designado	Armamento	Ano do Pedido	Ano de Entrega
		(175)	Gabriel-2 (míssel)	1974	1977-1986
		(9)	Reshef/Saar-4 (Corveta de combate)	1974	1977-1986
		(64)	Scout (Veículo Aéreo não tripulado)	1979	1980-1986
		(24)	M-68/M-71 155mm (Obuses)	1976	1977
		(37)	Kfir C-7 (Aeronave)	1982	1992-1994
		(6)	Mooney M20 (Aeronave)	1983	1983
		(4)	Boeing-707 (Aeronave)	1985	1986
		(50)	Python-3 (míssel)	1985	1987
		(3)	EL/M-2208 (radar)	1996	1999-2000

Fonte: Base de dados sobre transferência de armamentos do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo

²⁷ Os dados das tabelas 1 e 2 foram gerados pela base de dados do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo e traduzidos pela autora. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 10 fev. 2019.

Na Tabela 1 pode-se verificar os tipos de armamentos destinados à África do Sul com origem israelense entre os anos 1950 e 2008. Entre as décadas de 1970 e 1980, a troca de armamentos foi mais intensa. Já na Tabela 2, a seguir, estão presentes os dados sobre a transferência de armamentos da África do Sul para Israel na segunda metade do século XX: Pode-se perceber, a partir dos dados, o intenso movimento a partir de Israel para a África do Sul e a diversidade de armamentos que constituíram essa cooperação.

Tabela 2 – Transferência de Armamentos da África do Sul para Israel (1950-2000)

Origem: África do Sul	Destino: Israel	Número	Armamento	Ano do pedido	Ano da entrega
		1	Zambia Challenge (Navio de transporte)	1969	1969

Fonte: Base de dados sobre transferência de armamentos do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo.

No entanto, o desenvolvimento de tecnologia nuclear foi um dos pontos mais importantes desta cooperação. Neste caso, Israel já desenvolvia sua infraestrutura para atingir esse objetivo internamente, graças ao apoio da França para o desenvolvimento da tecnologia nuclear de Israel em Dimona²⁸. Este último auxiliou o desenvolvimento dessa tecnologia na África do Sul (MAZRUI, 2010, p. 146). Esses movimentos também eram favorecidos pela riqueza de urânio no território sul-africano. Novamente, a total extensão destas pesquisas não são de conhecimento público, mas houve um intercâmbio de fontes, testes e pesquisas na área nuclear (CERVENKA; ROGERS, 1978).

4.1.1 A cooperação militar nos âmbitos regionais

A cooperação militar não serviu somente ao âmbito doméstico, mas também auxiliou a interferência nos assuntos regionais, sobretudo da África Austral. O regime sul-africano, que visava assegurar sua posição regional, tinha capacidades tanto militares quanto políticas e

²⁸ Tanto Israel quanto a África do Sul já vinham desenvolvendo suas respectivas tecnologias nucleares antes da década de 1970. Enquanto Israel, em parceria com a França, construía seu reator em Dimona, a África do Sul desenvolveu sua tecnologia nuclear a partir da década de 1960. Ambos reconheciam que dotar desta tecnologia os dava poder de dissuasão e independência dos aliados ocidentais neste quesito (SILVA, SANTOS, 2013, p. 128-130).

econômicas de interferir nos assuntos externos. Além do mais, com as descolonizações de 1975, o governo sul-africano tinha em sustentar a ordem regional que assegurava seu regime.

A cooperação com Israel resultou no armamento e no emprego de suas táticas nos países vizinhos da África do Sul. O alvo, no entanto, não se restringia a forças externas. A exemplo disso foi o ataque a bases do Congresso Nacional Africano em países vizinhos (HANLON, 1986, p. 22). De acordo com Joseph Hanlon (1986, p. 22), o governo do Apartheid acreditava que o CNA possuía ligações com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A aliança com o Israel e seu conhecimento tático no combate contra grupos insurgentes serviu o propósito de barrar as ações do CNA, não só no território da África do Sul, como também em suas bases em outros países.

A partir de 1975, com as independências de Angola e Moçambique, a África do Sul viu seu entorno estratégico ser ameaçado. Apesar da invasão de tropas sul-africanas e seu apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ocorrer já neste ano, a cooperação com Israel também auxiliou as tropas ao longo da guerra civil. O governo angolano na década de 1980 declarou que militares israelenses formaram tropas da UNITA na Namíbia (SILVA; SANTOS, 2013, p. 127). Do mesmo modo, ofensivas em Moçambique e outros países pelo forças armadas da África do Sul, utilizaram táticas israelenses.

O quanto a cooperação militar com Israel auxiliou o exército sul-africano nas suas ofensivas regionais é de difícil mensuração, mas a literatura destaca o aparelhamento e treinamento de suas forças tiveram um impacto significativo (HANLON, 1986; POLAKOW-SURANSKY, 2010). No entanto, com as crises econômicas que África do Sul enfrentou a partir da década de 1970 e a instabilidade do regime, tornou-se cada vez mais difícil sustentar seus interesses na região.

4.2 A QUEDA NOS NÍVEIS DE COOPERAÇÃO MILITAR

No início da década de 1980, a cooperação entre os dois países ainda estava no seu auge. Para Israel, a situação no continente africano estava em melhores condições e o país também passou a cooperar com países como Gana, Quênia e Libéria nas áreas militares e agrícolas (ADAMS, 2018, p. 114). Mas os eventos, sobretudo no âmbito doméstico da África do Sul, afetaram a capacidade econômica e política do país para sustentar o regime segregacionista.

A situação econômica da África do Sul, aliada aos desafios internacionais e regionais, tornou inevitável a necessidade de reformas internas (MENDONÇA, 2000, p. 39). Estas reformas, do então primeiro-ministro Pieter Botha, visavam aliviar as tensões internas e causar boa impressão do regime para os países ocidentais (PEREIRA, 2010, p. 55). Entre estas políticas estavam a maior liberdade à população negra sul-africana. No entanto, mesmo com estas tentativas, a África do Sul passava por dificuldades econômicas, como a queda dos preços do ouro, aumento das despesas internas e as sanções financeiras internacionais (PEREIRA, 2010, p. 51-52). As manifestações contra o regime segregacionista também aumentaram neste período, mas muitos foram fortemente reprimidos pela polícia sul-africana (HANLON, 1986, p. 51). Analúcia Pereira (2010, p. 56) também acrescenta que as mudanças sistêmicas como a reformas na União Soviética e os anos finais da Guerra Fria, intensificavam as críticas ao regime a favor dos direitos humanos, além de mais e mais países aderirem às sanções econômicas e ao embargo à venda de armas para os sul-africanos. Assim, a crise interna pela qual passava a África do Sul afetou a relação com Israel visto até este país procurava se distanciar do regime do Apartheid. Em 1987, por exemplo, foi anunciado que Israel não firmaria mais contratos na área de defesa com a África do Sul (GELDENHUYS, 1990, P. 524).

Eventos no entorno regional sul-africano também afetaram fortemente o regime. A Batalha de Cuito Cuinavale em 1980²⁹ no sul da Angola, e a derrota das tropas sul-africanas, simbolizavam o esgotamento da ação deste país nos territórios vizinhos, além de manifestarem que era necessário a negociação. A independência da Namíbia em 1990³⁰ também contribuiu para esse processo. Dessa maneira, ao longo da década de 1980, a manutenção da cooperação entre Israel e África do Sul foi perdendo força no contexto das mudanças domésticas, regionais e sistêmicas do momento.

4.3 A COOPERAÇÃO MILITAR A PARTIR DOS ANOS 1990

²⁹ A Batalha de Cuito Cuinavale no sul de Angola foi um embate entre tropas sul-africanas e da UNITA contra as tropas cubanas e angolanas. Esta longa batalha representou os limites do poderio militar da África do Sul e levou a resoluções que daria fim a presença sul-africana em Angola e à independência da Namíbia (PEREIRA, 2010, p. 57).

³⁰ A Namíbia do final do século XIX até o início do século XX foi um protetorado alemão. Com os resultados da Primeira Guerra Mundial e o fim do Império alemão, a região passou para o controle da União Sul-Africana. No entanto, após o fim da Segunda Guerra Mundial e os processos de descolonizações, as pressões aumentaram para a saída dos sul-africanos da Namíbia uma vez que esta funcionava como uma colônia para a África do Sul. Apesar das pressões, da ocupação ilegal e da repressão aos movimentos de libertação da Namíbia, sua independência só foi declarada em 1990 (CASTELLANO, 2017, p. 294-295).

Apesar do afastamento entre Israel e África do Sul ocorrer já no final dos anos 1980, mudanças no nível doméstico, regional e sistêmico transformaram ainda mais a relação entre os dois países. Tanto Israel quanto a África do Sul estiveram envolvidos com seus respectivos campos domésticos: de um lado, os Acordos de Oslo com os palestinos foram firmados, de outro, o fim do regime de segregação racial exigia mudanças na sociedade sul-africana³¹. Desde então, a aproximação entre os dois países não atingiu mais os níveis do período da Guerra Fria. A África do Sul passou a ser um dos apoiadores da solução de dois Estados e Israel demorou a retomar sua política africana. Em termos regionais e sistêmicos, o fim do isolamento internacional e as novas dinâmicas regionais decorrentes ofereceram a estes países novas oportunidades e desafios.

Em relação à Israel, o fim da Guerra Fria significou maiores possibilidades de ação no sistema internacional, favorecidos pelo entusiasmo com os Acordos de Paz de Oslo em 1993³². Embora Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) declarassem seu reconhecimento mútuo, alguns dos objetivos firmados não foram concluídos na prática. Logo as tensões continuaram e a perspectiva de paz se distancia cada vez mais.

Após o fim da Guerra Fria, as pressões para o fim do regime segregacionista na África do Sul aumentaram. As transformações domésticas, neste momento, ocuparam a agenda sul-africana com a chegada do CNA ao poder em 1994. A preocupação no momento era com a conciliação social e o desenvolvimento de políticas para tentar combater a desigualdade social no país. A política externa da África do Sul pós-Apartheid esteve voltada para a inserção internacional, como a busca de relações bilaterais e multilaterais. Destacam-se as relações com o Brasil, China e, no âmbito regional, o ingresso na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)³³ (VISENTINI, 2010, p. 170-171). Nesse sentido, os novos rumos da política externa visavam amenizar os efeitos do isolamento internacional da África do Sul.

³¹ As pressões externas das potências ocidentais, as inúmeras sanções e as pressões internas para o fim do regime segregacionista urgiram para que o governo adotasse medidas reformistas já no fim da década de 1980. Assim, a liberação dos presos políticos, a legalização de partidos, entre outras medidas, foi sendo colocadas em prática (PEREIRA, 2010, p. 59).

³² Os Acordos de Paz de Oslo, como ficaram conhecidos uma série de propostas assinadas pelo líder palestino Yasser Arafat e pelo primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, resultaram no reconhecimento mútuo das duas nações (HALLIDAY, 2005. P. 135). Além disso, previa a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que funcionaria como um protogoverno de soberania limitada nos territórios palestinos.

³³ A Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi criada em 1980 e reunia diversos países, como os da chamada Linha de Frente (como Angola, Moçambique, Zâmbia, entre outros) e visava diminuir a dependência econômica em relação à África do Sul (VISENTINI, 2010, p. 130). Já em 1992, esta foi transformada na Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com a entrada dos sul-africanos e passa a promover a integração e desenvolvimento na África Austral (VISENTINI, 2010, p. 171).

No entanto, a relação entre Israel e África do Sul passou mais uma vez por um período de distanciamento, já que ambos estavam voltados aos seus contextos domésticos e externos. No campo da cooperação militar, a venda de armamentos continuou, mas com níveis bem inferiores aos das décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, ainda havia um comércio de armamentos resultantes de acordos anteriores, com é o caso da venda de radares, e o aprimoramento dos aviões *Cheeta*, com ajuda israelense. Destaca-se também que em 1991 a África do Sul tornou-se signatária do Tratado de Não Proliferação Nuclear e determinou o fim do seu programa nuclear (POLAKOW-SURANSKY, 2014, p. 222). No pós-Guerra Fria, as relações bilaterais passaram a possuir mais convergência econômica do que política. Além disso, as relações entre o governo sul-africano e as organizações palestinas, em especial, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), aumentaram com a chegada do Congresso Nacional Africano (CNA) ao poder (GRUZD, RAWHANI, BENJAMIN, 2018, p. 30). A África do Sul passou a ser um dos grandes críticos do governo israelense e apoiador do processo de paz por meio da solução de dois Estados (MENDONÇA, 2000, p. 74). Dessa maneira, mais uma vez a relações entre estes dois países precisa ser interpretada a partir da interação dos níveis domésticos, regionais e sistêmicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou discutir, a partir dos diferentes níveis de análise domésticos, regionais e sistêmicos, como Israel e África do Sul durante o período do regime do Apartheid (1948-1994) se aproximaram e construíram uma forte cooperação militar, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Esta perspectiva inter-relacional entre diferentes níveis permitiu compreender a extensão desta cooperação e os fatores envolvidos na mesma. Assim, procurou-se destacar os elementos que resultaram na cooperação, os fatores que a sustentaram e os que levaram a sua queda, a partir de meados da década de 1980.

Assim, na primeira seção foram discutidas as condições sistêmicas da Guerra Fria nas quais o continente africano e a região do Oriente Médio emergiram como espaços geoestratégicos importantes. Desse modo, discutiu-se a emergência dessas regiões no sistema internacional e as transformações decorrentes deste processo: a construção de novos Estados modernos, a relação com as dinâmicas sistêmicas e os novos jogos de poder nos contextos regionais. Estes novos Estados, que passaram a constituir uma força diplomática e política significativa, enfrentaram conflitos resultantes da interação da luta de interesses políticos e os interesses externos. Neste cenário, Israel e África do Sul, desde seus processos de construção de seus Estados, constituíram atores diferentes nas suas regiões. Além de buscarem apoio externo, os Estados conseguiram construir capacidades políticas, econômicas e militares para agir em seus entornos estratégicos.

Na segunda seção, buscou-se discutir sobre as condições domésticas e regionais de Israel e África do Sul por meio do desenvolvimento de sua política externa durante a Guerra Fria. Para atingir este objetivo, destacou-se a relação entre Estado e sociedade de cada país, os contextos regionais em que estavam inseridos, bem como os projetos políticos que guiavam sua ação externa. Nesse sentido, verificou-se que ambos os países enfrentavam importantes dilemas internos e externos. No caso de Israel, além de desenvolver socioeconomicamente o Estado e sua relação com a questão da Palestina, seu âmbito regional foi conflituoso desde sua fundação. Já em relação ao país sul-africano, este intensificou a política de segregação racial ao longo do tempo, bem como se tornou mais ativo nos países vizinhos para garantir sua posição regional.

Após a discussão destes elementos, procurou-se, enfim, entender as relações diplomáticas entre os países e quais elementos levaram a sua aproximação a partir do final da década de 1960. A Guerra dos Seis Dias (1967) e principalmente a Guerra do Yom Kippur

(1973), podem servir de marco para esta análise pois a partir deste momento o isolamento internacional de Israel e África do Sul, as relações problemáticas com seus países vizinhos e maior abertura política doméstica levou à aproximação dos dois Estados. Dessa aproximação de caráter econômico e político, resultou na cooperação militar a partir da década de 1970.

Por fim, na terceira seção, almejou-se analisar a cooperação militar entre Israel e África do Sul durante as décadas de 1970 e 1980. Esta cooperação envolveu as forças armadas dos dois países e consistiu na venda de materiais bélicos, treinamento militar e transferência de *know-how* tecnológico. Além disso, Israel e África do Sul tiveram projetos conjuntos para o desenvolvimento de tecnologia nuclear. Isso tudo em um cenário de maior embargo de armas e sanções econômicas ao governo sul-africano. Apesar destes acordos terem durado até meados da década de 1990 e atingirem sua queda na década de 1980, foi uma cooperação que permitiu o fortalecimento e sobrevivência do aparato de segurança do regime segregacionista da África do Sul, bem como sua política externa para a África Austral. Do mesmo modo, favoreceu a indústria de defesa israelense durante este período. Além das consequências internas, o impacto desta cooperação também se estendeu para suas regiões, em especial a África Austral, envolvida com os processos de descolonização e guerras civis neste período.

Dessa forma pode-se perceber que a relação entre Israel e África do Sul durante a Guerra Fria, que resultou na cooperação militar durante a década de 1970, encontra condições semelhantes nos níveis sistêmicos, regionais e domésticos. Estes elementos estiveram presentes de forma mais ou menos acentuada conforme o momento da relação entre estes dois Estados. Não era, no entanto, objetivo da pesquisa mensurar os impactos de cada nível, mas compreendê-los em uma perspectiva relacional.

A partir da análise realizada no trabalho, pode-se validar a hipótese adotada na pesquisa de que *“a cooperação militar entre Israel e África do Sul atendeu aos interesses políticos, econômicos e securitários que enfrentavam durante as décadas de 1970 e 1980, além de ser uma alternativa aos dois países, isolados no cenário internacional”*.

É importante ressaltar algumas limitações para a realização desta pesquisa. Uma das dificuldades enfrentadas na realização desta foi o limitado acesso a fontes, dados e documentos sobre o assunto. Muitos aspectos sobre esta cooperação ainda não foram divulgados pelos governos de Israel e África do Sul e dificilmente o serão, pois envolvem políticas internas dos Estados. Algumas pesquisas realizadas na África do Sul e em Israel não foram utilizadas devido à barreira linguística. Dessa forma, reconhece-se a ausência de certas informações para

complementar a argumentação desta pesquisa. Além disso, procurou-se limitar o escopo da análise para fins de tempo e extensão do trabalho. Nesse sentido, alguns aspectos de transformações regionais dos países vizinhos à Israel e África do Sul, bem como aspectos sistêmicos não foram tão aprofundados.

O objetivo deste trabalho era também lançar bases para futuras pesquisas. A política africana de Israel, por exemplo, ainda merece mais atenção dos analistas internacionais, ainda mais com seu renovado interesse pelo continente nos últimos anos. Outra sugestão, é a continuação das pesquisas sobre a cooperação militar entre Israel e África do Sul durante a Guerra Fria, com possíveis pesquisas de campo nos países da África Austral.

De fato, a evolução das relações bilaterais entre os dois Estados que resultaram na aliança militar esteve relacionada às condições domésticas, regionais e sistêmicas nas quais estavam inseridos. Com as transformações nestes diferentes níveis após o final da Guerra Fria, houve uma mudança nas relações bilaterais entre Israel e África do Sul. No entanto, a cooperação militar entre os dois Estados permanece como um importante evento para entender as dinâmicas regionais da África e do Oriente Médio durante a Guerra Fria.

6 REFERÊNCIAS

ASANTE, S. K. B. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali. **História Geral da África (VIII): África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 24. p. 873-896.

ADAMS, James. **The Unnatural Alliance: Israel and South Africa**. [s.i]: Endeavour Media, 2018.

CARRERAS, José U. Martínez. El Agravamento del Conflicto en el Proximo Oriente. In: CARRERAS, José U. Martínez. **El Mundo Arabe e Israel: El Proximo Oriente en el siglo XX**. Madrid: Ediciones Istmo, 1992. p. 145-201.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional - África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

CERVENKA, Zdenek; ROGERS, Barbara. How Israel Joined the Nuclear Club. In: CERVENKA, Zdenek; ROGERS, Barbara. **The Nuclear Axis: Secret Collaboration between West Germany and South Africa**. Lond: Julian Friedman Books, 1978. Cap. 10. p. 311-328.

CHAZAN, Naomi. The Fallacies of Pragmatism: Israeli Policy towards South Africa. **African Affairs**. Oxford, p. 169-199. abr. 1983.

EDMONDSON, Locksley. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali. **História Geral da África (VIII): África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 28. p. 1003-1051.

GELDENHUYS, Deon. **Isolated States: A Comparative Analysis**. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers, 1990.

GERRING, John. What Is a Case Study? The Problem of Definition. In: GERRING, John. **Case Study Research: Principles and Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Cap. 1. p. 17-36.

GRUZD, Steven et al. Israel's Ties with Africa: A Focus on Ethiopia, Kenya, Nigeria and South Africa. **Occasional Papers 284**. [s.i], p. 1-38. jul. 2018.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HANLON, Joseph. **Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in South Africa**. Londres: Indiana University Press, 1986.

HAUSER, Rita E.. Israel, South Africa, and the West. **The Washington Quarterly**, [s.l.], v. 2, n. 3, p.75-82, jun. 1979.. <http://dx.doi.org/10.1080/01636607909477409>.

HUSAIN, Azim. The West, South Africa and Israel: A strategic triangle. **Third World Quarterly**, [s.i.], v. 4, n. 1, p.44-73, jan. 1982.. <http://dx.doi.org/10.1080/01436598208419607>

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-Africanismo e Libertação. In: MAZRUI, Ali. **História Geral da África (VIII): África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 25. p. 897-924.

MAZRUI, Ali. "Procurai primeiramente o reino político...". In: MAZRUI, Ali. **História Geral da África (VIII): África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Cap. 5. p. 125-150.

MENDONÇA, Hélio Magalhães de. Política Externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **África do Sul: Visões Brasileiras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. p. 11-100.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 35-64.

POLAKOW-SURANSKY, Sasha. **The Unspoken Alliance: Israel's Secret Relationship with Apartheid South Africa**. [s.i]: Jacana Media, 2010.

POLAKOW-SURANSKY, Sasha. Israel and South Africa: The Rise and Fall of a Secret Relationship. In: SHINDLER, Colin (Ed.). **Israel and the World Powers: Diplomatic Alliances and International Relations Beyond the Middle East**. New York: I.B.tauris, 2014. Cap. 9. p. 201-233.

REICH, Bernard. Israeli Foreign Policy. In: BROWN, L. Carl. **Diplomacy in the Middle East: The International Relations of Regional and Outside Powers**. Londres: I.B.tauris, 2004. p. 121-138.

ROGAN, Eugene L. The Emergence of the Middle East into the Modern State System. In: FAWCETT, Louise. **The International Relations of the Middle East**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 2. p. 37-59.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. O sul da África: das origens à "descolonização branca" (até 1910). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Cap. 1. p. 17-34.

SCHIMDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SILVA, Sérgio Vieira da; SANTOS, Vasco Martins dos. A Cooperação entre Estados "Párias": O caso de Israel-África do Sul. **ResPublica**. [s.i], p. 105-138, 2012.

SIPRI, Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo. **Trade Registers**. 1950-2000. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 10 fev. 2019.

STEVENS, Richard P.; ELMESSIRI, Abdelwahab M.. **Israel-África do Sul: A Marcha de um Relacionamento**. New York: New World Press, 1976.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e sua Inserção Mundial**. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; CALICH, Ana Paula de Mattos. Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC/SACU). In: VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guia da Política Externa dos Estados Africanos**. Porto Alegre: Livraria Palmarinca, 2018. Cap. 1. p. 13-94.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Politics of Independence and Unity**. Lincoln/London: University of Nebraska Press, 2005.